

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2012, realizada às dezenove horas do dia três, na Câmara Municipal, Avenida Pedro de Souza Freire, cento e sete, centro, Fortaleza de Minas. Aberta a sessão o Presidente solicita seja feita a chamada de presença estando presentes todos os vereadores. Após solicita a leitura da ata da reunião anterior a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi instalado o **PEQUENO EXPEDIENTE** com a seguinte pauta: Leitura dos seguintes Projetos de Leis: nº 16/12 que Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder bem público; nº 19/12 que Autoriza o Município de Fortaleza de Minas a parcelar os débitos junto aos prestadores de serviços, fornecedores de produtos, ações judiciais e demais credores municipais, de despesas continuadas ou não; nº 20/12 que Revoga as Leis nº 920 de 24/06/2009, 951 de 19/04/2010 e 964 de 18/10/2010, todos encaminhados às comissões. O Presidente comunica que está sobre as mesas cópia das atividades do CRAS no mês de novembro de 2012, e que está disponível na secretaria da Câmara ofício tesouraria da prefeitura, em resposta ao requerimento nº 102/12. Não havendo mais matérias no pequeno expediente foi instalado o **GRANDE EXPEDIENTE**: O presidente informou que quanto ao projeto de lei de cessão de bem público já solicitou parecer sobre a legalidade ao assessor jurídico da Câmara. Quanto ao de parcelamento de dívidas esclareceu que o mesmo veio em caráter de urgência e que segundo assessores da prefeitura, estas, são dívidas existentes com diversas instituições e que há necessidade de quitá-las e que a forma encontrada foi o parcelamento para que não falem outros serviços aos cidadãos. Em relação ao projeto de lei nº 20/12 revoga três leis que autorizam abertura de crédito e que em razão da prefeitura não ter utilizado este crédito serão revogadas. O vereador José Ricardo e a vereadora Cida Queiroz concordaram que os projetos devem permanecer com as comissões para melhor análise. O vereador Márcio Andrade solicitou parecer escrito do assessor jurídico da Câmara. Disse que este projeto foi sugestão aprovada em plenário, e que não entende como a situação chegou neste ponto, porém, se não for feito agora, terá que ser no início de 2013, ou a prefeita eleita não conseguirá certidão negativa para pleitear recursos. Disse que é difícil, principalmente quanto ao IMPRESFORT e o INSS os quais podem fazer maior quantidade de parcelas e que é preciso achar uma maneira que não prejudique o próximo governo que assumirá este pagamento. Solicitou a assessoria jurídica entendimento em relação ao que consta no projeto como despesa continuada ou não, e que o parcelamento deve ser despesa continuada, para não haver precedente de parcelamento de outras dívidas. Sugeriu a elaboração de emenda relacionando a cada empresa a quantidade de pagamentos. Após a vereadora Cida Queiroz questionou o valor do orçamento para 2013, respondido que é de quinze milhões de reais. A vereador disse não entender esta previsão de quinze milhões em 2013, e que o projeto deve ser bem estudado, porque de repente a Câmara aprova a lei, mas se não houver dinheiro, como irão pagar? Pois estão parcelando algo que não sabe se irá ser pago. Os vereadores Márcio e Cida disseram que é necessário estudar melhor o projeto e após terem realizado diversas discussões sobre o mesmo o Presidente informou que o projeto ficará com as comissões, que deverão reunir-se para discussão das matérias visando encontrar uma solução. O vereador Márcio Andrade falou também do projeto nº 20/12 disse que este crédito aberto no atual

mandato não foi usado e que se no próximo precisar que peça autorização conforme já foi feito e todos terão o bom senso do melhor para a cidade. Em seguida o vereador Wilson Pereira disse que em relação ao projeto de lei de cessão do clube da melhor idade para a terceira idade já tiveram parecer anterior de inconstitucionalidade do mesmo e que agora terão o parecer do atual assessor jurídico para analisar. Quanto ao projeto de lei de parcelamento de dívidas entende que esta dívida deve ficar para o próximo mandato porque a prefeita eleita vai administrar e saber o que pode ou não fazer, pois, pode acontecer de não haver dinheiro para pagar. Disse que os pagamentos patronais tanto do INSS como do IMPRESFORT não estão sendo feitos desde julho e que o servidor não merece isso. O vereador Fernando Pereira comentou de um tempo que houve problemas com verba que foi utilizada do fundo, esclarecido pelo vereador Wilson que a época o instituto não era distinto e que a situação hoje é outra. Disse que todos sabem a situação do município que é crítica, porém, há outros setores que poderia haver cortes que não afetará os servidores. A vereadora Cida Queiroz disse que as dívidas previdenciárias se não forem pagas não será mesmo possível a emissão de certidão porém a prefeita eleita assim que assumir é que deverá achar a melhor forma, pois não tem como a Câmara criar lei que a obrigue a pagar dívida que a mesma nem sabe como vai assumir e pagar. Porém a prefeita sabe que o IMPRESFORT E O INSS terão que ser pagos e que terá que sanar o problema, e que isto é da competência da prefeita, e não dos vereadores hoje aprovarem algo futuro, e que se a matéria retornar a Câmara no próximo ano será com o aval da prefeita eleita que saberá o que irá fazer, concluiu que não avaliou o projeto e que nesta data não é a favor do parcelamento. O vereador Francisco Ronivaldo disse que estão errando desde 2011, pois, o orçamento vem no valor de mais de quinze milhões quando na realidade soube que a receita atual não chega a treze milhões e como poderão aprovar o orçamento desta maneira? Pois há previsões de a prefeitura não ter receita de nem doze milhões em 2013 havendo a necessidade dos vereadores solicitarem novo levantamento da estimativa do orçamento para 2013 para ser aprovado corretamente. Disse também que não concorda com o projeto de parcelamento e que isto deveria ter sido visto há mais tempo e agora o problema será para quem assumir a prefeitura, pois se parcelar esta dívida e no próximo ano não houver receita suficiente o que acontecerá? Pois, o atual prefeito está saindo, e a próxima gestão é que vai ficar com as responsabilidades. Em aparte o Presidente esclareceu que apesar de entender a colocação do vereador se forem analisar bem parcelando ou não a dívida continuará a existir tendo o vereador Francisco Ronivaldo dito que foi informado na faculdade de Passos que o contrato com a prefeitura não será renovado por falta de pagamento e que o diretor disse a ele que a prefeita que criou o projeto de bolsa de estudos e na época os pagamentos ficavam em dia, e por isso, o contrato poderá ser renovado se o conselho fiscal da faculdade autorizar, porém de outra forma para que a faculdade não fique mais no prejuízo e ao final disse que sabe que a prefeita eleita não tem obrigação de pagar dívida do atual prefeito, e que terão que entrar na justiça para receber essa dívida. O vereador Francisco Ronivaldo disse ainda que, soube que a prefeitura não terá dinheiro para pagar os servidores e que irão pagar apenas férias e 13°. Salário ficando o salário sem pagar e que a Sra. Neli não é obrigada a pagar. Falou que desde o início do

ano estão empurrando com a barriga, que foi falado sobre o não atendimento de pacientes de Fortaleza em alguns setores da saúde em Passos, que a vereadora Cida e o Presidente procuraram saber e estava tudo certo, porém não está, pois no projeto há dívida com a Santa Casa, e por isso os pacientes não foram atendidos. Falou também sobre o transporte escolar do Chapadão, que deve ter mais apoio pois no dia 03/12, o ônibus do Chapadão foi apreendido na balança por falta de pneu, pneu de estepe, macaco, chave de roda e extintor, e ainda, na sexta-feira dia 30/11 a van que transporta os alunos, estava com a porta estragada e neste dia uma aluna para não cair da van, jogou o braço e seu celular caiu no barranco. O vereador questionou o que aconteceria se a aluna tivesse caído? Disse do requerimento que fez a algum tempo requerendo que os veículos de transporte escolar tivessem fabricação de no máximo dez anos, mas agora acha que tem que ser no máximo cinco anos, pois os alunos merecem segurança e respeito. Questionado pela vereadora Cida Queiroz quais serão as prioridades da nova gestão o vereador Francisco Ronivaldo relatou que a prioridade é pagar as dívidas com o IMPRESFORT e INSS para não perderem recursos governamentais tendo a vereadora dito que é necessário priorizar a educação do pré escolar ao fundamental que é a prioridade do município. Em seguida o vereador Fernando Pereira comentou que em sua opinião, todos os vereadores tem a mesma opinião quanto aos projetos de lei. Com relação às dívidas, disse que há tempos vem ocorrendo, e agora aconteceu esse acúmulo. Sobre o IMPRESFORT disse que é absurdo porque o servidor público não está sendo respeitado, e este dinheiro provavelmente foi utilizado para pagar o posto de combustíveis ou para pagar alguma coisa de benefício para o prefeito, e deveriam fazer o pagamento da dívida em geral, falando também das prioridades que deveriam ser pagas para que determinados atendimentos não fiquem travados e que estes são problemas dessa administração e o próximo governo não tem obrigação nenhuma de pagar a dívida dessa gestão, sendo até inconstitucional, tendo o Presidente respondido que a dívida não é do prefeito e sim da prefeitura. A vereadora Cida Queiroz disse que quando soube que o município não estava pagando a parte patronal ao IMPRESFORT procurou a Sra. Helaine a qual lhe disse que a prefeitura está sendo notificada, e que legalmente o IMPRESFORT está fazendo correto, apesar do prefeito não ter cumprido, e ter ciência do que está acontecendo, inclusive do valor porque o mesmo está sendo notificado todo mês. O vereador Fernando Pereira disse que é preciso ter mais zelo, pois é servidor público e merece respeito, disse que deve ter outras dívidas além das discriminadas no projeto e que devem ver a situação também para estes que vão ficar sem receber. Falou que entende que os projetos de leis nºs 16 e 20/12, devem ser observados com atenção e cuidado, pois entende que está diminuindo valores, respondido pelo Presidente que as leis foram criadas e não foram usadas, e que são três leis as quais serão revogadas por inteiro. Em seguida o vereador Moacir de Queiroz disse que deve cortar gastos somente onde há condições, independente de qual for o prefeito. O vereador Márcio relatou que isso passou a ser uma obrigação já há algum tempo, porém, não foi feito, e por isso está nesta situação, e se a arrecadação não melhorar terá que haver muitas mudanças para funcionar. Sobre o corte de gastos, o vereador Fernando Pereira disse que já estão cortando gastos demais há mais de dois anos, e que há dias que falta até café em setores. O vereador Francisco Ronivaldo

disse que este não é o maior problema e que está tudo complicado, pois soube de uma aluna que está se formando, que se quiser pegar o diploma terá que pagar a faculdade segundo informou o diretor da faculdade. O Presidente discordou porque a prefeitura paga para a faculdade apenas a porcentagem de bolsa que o aluno recebe, o restante do valor é pago pelo próprio aluno através de boleto, sendo que o mesmo fez sua parte, e então a dívida é da prefeitura e não do aluno, e se a faculdade tem o intuito do aluno fazer pressão para o pagamento, isso não procede de maneira nenhuma. Continuando em relação a dívida com a Santa Casa o vereador Fernando Pereira comentou que o Presidente e a vereadora Cida Queiroz disseram que procuraram informações sobre o assunto e lhes foi informado que já havia sido quitada, porém, como surgiu essa dívida descrita no projeto de lei? Sendo coisa muito estranha, por isso o vereador fez requerimento à Santa Casa pedindo informações que não vinham da Prefeitura, tendo o Presidente respondido que quando ele procurou informações já há mais de um mês, foi falado que estava tudo quitado e daquela época para cá dá tempo de ter outra dívida. Em aparte o vereador Welington dos Reis lembrou que quando assumiram esse mandato havia uma dívida da prefeitura com a previdência, e questionou ao Presidente qual o valor dessa dívida, respondido que não se lembra do valor, apenas que havia dívida com o INSS que foi parcelada, tendo a vereadora Cida Queiroz dito, que foi parcelada em dez anos inclusive a prefeita eleita continuará pagando. Em aparte o vereador Moacir de Queiroz disse que o valor era mais ou menos setecentos mil reais. Com relação a dívida do IMPRESFORT, o vereador Wilson Pereira complementou dizendo que inclusive o Sr. Odacir, presidente do instituto tentou ajudar na aposentadoria do Sr. Adão, e por causa dessa dívida não conseguiu, devendo tomar muito cuidado, porque se houver algum acidente com servidor onde o mesmo tenha que se afastar, ou até mesmo chegar a hora da aposentadoria, nada disso será possível por causa dessa dívida. Ao final das discussões o Presidente sugeriu o agendamento de data para reunião das comissões para discutir os projetos de lei, e o vereador Márcio Andrade perguntou qual o tempo que a assessoria da Câmara levará para emitir parecer para discutirem com os pareceres em mãos, respondido pelo assessor que ainda esta semana, ficando agendada reunião de comissões no dia 10/12 às 17:00 horas. Após foi agendada audiência pública do orçamento/2013 para o dia 11/12. Não havendo matérias na **ORDEM DO DIA** o Presidente convoca para a segunda reunião ordinária do mês de dezembro a realizar – se no dia 10 às 19:00 horas na Câmara Municipal. Nada mais a tratar foi encerrada a reunião e para constar foi lavrada a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes.